

Regimento pode ficar só para 88

Impasse impede votação final e "Centrão" decide boicotar sessão de terça

A Assembleia Nacional Constituinte corre o risco de virar o ano sem contar com um regimento definido. E que ontem não foi possível chegar-se a um acordo entre o Centrão e as esquerdas, em torno da votação dos destaques apresentados ao projeto de regimento da Mesa, aprovado pelo grupo na quarta-feira. A esquerda chegou a ameaçar retirar todos os destaques, com um objetivo principal: o regimento da Mesa, mesmo não sendo o desejado pelo grupo do senador Mário Covas, entraria imediatamente em vigor — provavelmente ainda hoje — e o Centrão teria prazo muito curto para apresentar suas emen-

das de conteúdo. Como as esquerdas acreditam que o Centrão encontra grande dificuldade em harmonizar-se em torno de suas emendas, esse expediente poderia comprometer a coesão futura do grupo. Entretanto, o PT não aceitou retirar os destaques, por temer uma provável votação da redação final do regimento da Mesa. Diante disso, o presidente Ulysses Guimarães preferiu encerrar a sessão e convocar outra para a terça-feira. Mas dificilmente esta nova sessão se realizará: o Centrão, através do deputado Gastone Righi (PTB-SP), anunciou que não comparecerá, de modo a negar núme-

GIVALDO BARBOSA



Roberto Cardoso Alves (Centrão), discute a retirada dos destaques com Brandão Monteiro (PDT)

Assinaturas criam impasse

Impasse total. Mais uma vez o fechamento do acordo esbarrou na questão do número de assinaturas exigidas para a solicitação de destaques para votação em separado.

Os partidos comunistas e o PT querem fixar este número em 56 assinaturas, o PDT e o PMDB de Mário Covas consideram 112 um número razoável, mas o Centrão não aceita que o requerimento seja encaminhado com menos de 140 assinaturas, já que o substitutivo da Mesa, aprovado sem as emendas, prevê 187. Agora, com a palavra "acordo" definitivamente sepultada, uma nova sessão foi convocada por Ulysses Guimarães para a próxima terça-feira, quando pretende colocar em votação as seis emendas ao substitutivo. Mas sabe-se desde já que não haverá quorum, pois o recesso previsto para o dia 22 começa a vigorar, na prática, a partir de hoje. Portanto, as novas regras só serão conhecidas depois do dia 4 de janeiro do ano que vem.

Durante todo o dia, diversas reuniões foram realizadas, sem sucesso, para a busca de um acordo. Enquanto isso, no plenário era acirrada a guerra regimental entre os dois lados, que de minuto a minuto descobriam novas manobras e táticas para inviabilizar os interesses do adversário. Já passava das 19 horas quando o líder Brandão Monteiro, do PDT, tentou a última jogada da esquerda contra o Centrão. Ele anunciou que, como autor das cinco emendas pendentes de votação ao substitutivo, o PDT estava disposto a retirá-las, ficando aprovado automaticamente o projeto, o que provocaria a imediata abertura dos prazos para apresentação das emendas.

Com esta tática, o Centrão teria o tempo reduzido de um mês para cerca de apenas sete dias para reunir as 280 assinaturas exigidas para apresentação de emendas substitutivas, o que deixou o coletor oficial de assinaturas do grupo, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), bastante preocupado.

Mas para sorte do Centrão, a manobra de

Brandão Monteiro esbarrou na indecisão do PT quanto à retirada das emendas, já que o partido tinha subscrito as emendas do PDT. Depois de mais de meia hora de reunião, enquanto a sessão estava suspensa, o deputado José Genoino Netto chegou ao plenário e comunicou que o PT só concordaria com a retirada das emendas se o presidente Ulysses Guimarães se comprometesse a não convocar uma nova sessão para a votação da redação final do substitutivo, que não sofrera alterações no plenário. Com a negativa de Ulysses, que garantiu a votação da redação final, o PT se recusou a retirar as emendas, argumentando que nesta nova sessão o Centrão poderia pedir a verificação de quorum, adiando tudo de qualquer modo. Só que neste caso, perderiam as emendas que é o único trunfo das esquerdas para negociar com os centristas.

Ao final da tumultuada sessão o presidente Ulysses Guimarães se justificou por ter decidido convocar a sessão para a votação da redação final do substitutivo, dando assim, tempo para que o Centrão percorra o País em busca das assinaturas para apresentação das emendas substitutivas.

— Eu tenho sido imparcial e estou à disposição para resolver os impasses à medida que eles surgem — desabafou Ulysses. "Meus esforços para acelerar os trabalhos não estão sendo correspondidos pelos próprios constituintes. Agora quanto à convocação da sessão, o regimento pode receber várias interpretações e eu considero que tendo sido votado no plenário, o texto do substitutivo pode sofrer correções no seu próprio texto e tem de ser votado".

Exultantes com a frustração da manobra pedetista, os centristas deixaram ontem o plenário, após a última batalha, sentindo o gosto de vitória, pois não mais ter-ao de se preocupar com a greve dos aviários e dos correios para recolher as assinaturas de que precisam. Têm agora pelo menos um mês para fazer isso.

Grupo não vai comparecer

O Centrão só vai comparecer ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte quando houver matéria de seu interesse a ser votada. Fora isto, e utilizando-se do artifício de impedir as votações pela insuficiência de quorum, o grupo não se responsabiliza por mais nada. Foi o que esclareceu, na sessão de ontem, o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), aos poucos constituintes presentes. Ao ser votado o requerimento de votação em bloco (solicitação do centrista José Lourenço, PFL), de cinco pedidos de destaque ao substitutivo da Mesa, aprovado na véspera, o resultado mostrou a determinação do grupo: 54 votos sim 118 não e uma abstenção, com apenas 173 presentes.

A sessão se estendeu por mais de quatro horas, após a "pausa" para mais tentativas de negociação. Quando foi aberta, às 14h30, apenas oito constituintes estavam em plenário, enquanto o presidente em exercício, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), anunciava que 308 se encontravam na Casa.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), chegou a sugerir que a chamada nominal não se processasse, lembrando que é dever de todos estarem presentes à sessão.

O impasse imposto pelo Centrão ao processo de elaboração da Constituição foi abordado durante toda a sessão. Os integrantes do

grupo atribuíam aos partidos de esquerda a responsabilidade pela prorrogação dos trabalhos. "São eles que vivem pedindo verificação de votação para tudo", insistia Righi. Em resposta, as lideranças esquerdistas asseguraram que vão continuar fazendo esta solicitação enquanto o Centrão se mantiver intransigente na decisão de trocar o voto pela assinatura de 280 constituintes.

Brandão Monteiro chegou a sugerir ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que fizesse valer o Regimento Interno que ainda não foi modificado. "Estamos perplexos diante da total inviabilidade de se votar alguma coisa aqui", argumentou quando a sessão foi reaberta. E dever de vossa excelência convocar a Assembleia, com base no Regimento, para votar o projeto de Constituição". Ele advertiu ainda que a intenção do Centrão é empurrar até o meio do ano que vem os trabalhos da Constituinte para inviabilizar as eleições em 88.

Com o resultado registrado pela chamada nominal de uma hora que prejudicou o requerimento de votação em bloco dos destaques, ficou adiada a votação da matéria. Ulysses Guimarães marcou nova sessão para as 14h30 de terça-feira, "para completar o ciclo", pois o substitutivo da Mesa só fica definitivamente aprovado depois de apreciadas todas as emendas.

Reunião dos líderes termina sem acordo

A reunião na manhã de ontem entre o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e os líderes de todos os partidos avançou mas não chegou ao acordo desejado. Três pontos foram discutidos: o direito de cada partido obter uma preferência automática para suas emendas; a mudança no quorum para pedidos de destaques de votações em separado; e, elevação no número de emendas e destaques a serem apresentados por cada constituinte. Somente este último obteve consenso.

Ficou estabelecido que cada constituinte poderá apresentar cinco emendas e oito destaques e não mais, como antes, quatro e seis, respectivamente. Quanto à preferência automática, os pequenos partidos querem essa garantia "por partido" e não "por grupos de partidos", como defenderam os deputados Ricardo Fluzza (PFL/PE) e Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Para o quorum de pedido de votação em separado, os pequenos partidos reivindicaram a redução de 187 para 56 assinaturas. Como não houve acordo, o número mais cogitado era o de 112 assinaturas.

SEM ACORDO

A grande maioria dos presentes considerou produtivo o encontro a exceção do PC do B, que se retirou no meio da reunião por entender que não há mais a menor possibilidade de acordo. Os deputados Aldo Arantes (PC do B/GO) e Haroldo Lima (PC do B/BA) criticaram o Regimento aprovado como sen-

do "antidemocrático" e o Centrão por não apresentar propostas, somente exigências. E que o Centrão foi para a reunião disposto a lutar pela prorrogação dos prazos de emendas para o próximo dia 4 de janeiro, alegando que o período de Natal prejudicaria o andamento dos trabalhos.

Os deputados comunistas acusam o Centrão de tentar ganhar tempo com essa prorrogação "porque na verdade, eles ainda não têm as assinaturas de que precisam para encaminhar suas emendas. Por não ser conveniente com um Regimento antidemocrático, a bancada do PC do B resolveu se retirar dos entendimentos nessa fase". E, se durante as votações de mérito, no plenário da Constituinte, houver um retrocesso em relação ao texto da Comissão de Sistematização do PC do B, poderá sair da Assembleia e não assinar a futura Constituição do País.

Para o senador Mário Covas, a dilatação do prazo não é o mecanismo mais conveniente embora não tenha se posicionado contra a proposta. Explicou que a argumentação do Centrão é a de que o prazo maior para elaboração das emendas facilita as negociações e as votações. "Se isso acontecer facilita mesmo, mas não há garantia de que aconteça", ressaltou. Para o senador, um dos primeiros a chegar para a reunião, o PC do B não vai criar dificuldades durante os trabalhos da Constituinte.

Os representantes dos pequenos partidos (PDT, PCB e PT) acreditam que a

reunião deu bons resultados. Para o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o encontro serviu "para quebrar o gelo". Considerou um avanço o aumento no número de emendas e destaques a serem apresentados por cada constituinte. Já o deputado Ricardo Fluzza, um dos integrantes do Centrão, acusou "os pequenos partidos ideológicos" de insistirem em reverter uma situação e exigirem tratamento de maioria. A preferência automática para os partidos, um ponto que estava quase sendo acordado, foi considerado por Fluzza como a grande concessão às siglas de bancadas menores.

Além do presidente Ulysses Guimarães, estiveram presentes à reunião: Arnaldo Netto (PDS/RJ), Ricardo Fluzza (PFL/PE), Cardoso Alves (PMDB/SP), José Lourenço (PFL/BA), Bonifácio de Andrada (PDS/MG), Daso Coimbra (PMDB/RJ), Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), Inocêncio Oliveira (PFL/PE), Gastone Righi (PTB/SP) e Afif Domingos (PL/SP), pelo Centrão; Aldo Arantes (PC do B/GO), Haroldo Lima (PC do B/BA), José Genoino (PT/SP), Luís Inácio Lula da Silva (PT/SP), Plínio Arruda Sampaio (PT/SP), Brandão Monteiro (PDT/RJ) e Fernando Santana (PCB/BA), pelos partidos de esquerda. Também estiveram presentes os senadores Mauro Benedito e Fernando Henrique Cardoso além dos relatores adjuntos, senador José Fogaça e o deputado Adolpho de Oliveira.

Sarney gosta da vitória do Centrão

A nova vitória do Centrão, que conseguiu alterar o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, deixou o presidente José Sarney satisfeito. Ele considera que a mudança vai dar condições de governabilidade ao País. A sua posição foi revelada durante conversa com o deputado Jorge Leite (PMDB/RJ), na manhã de ontem no Palácio do Planalto.

O presidente Sarney, de acordo com Jorge Leite, reafirmou a sua posição de aceitar qualquer decisão da Constituinte com relação à duração do seu mandato. O deputado acredita que o mandato de cinco anos pode sair vitorioso da votação em plenário, por entender que a decisão da Comissão de Sistematização não prevalecerá, pois ela não representa o pensamento dos constituintes.

FALA POUCO

Nas conversas que tem mantido com os políticos — recebeu ontem 14 deputados —, o presidente Sarney ouviu mais do que falou, como vem fazendo desde que a Comissão de Sistematização aprovou o mandato de quatro anos. Ele disse para o deputado Aécio Neves (PMDB/MG), que não tinha autorizado ninguém do seu governo a negociar o mandato de cinco anos.

Ao deixar hoje a residência oficial do governador do Distrito Federal, o presidente Sarney foi abordado pela imprensa. Antecipou, contudo, que só falaria sobre a decisão da Unesco de elevar Brasília à qualidade de Patrimônio Cultural da Humanidade. Ainda assim, tentou antes fugir do assédio dos jornalistas.

Sarney tem repetido seguidamente que a partir de agora não vai mais falar sobre política. As suas colocações sobre a Constituinte são superficiais e feitas somente para parlamentares de confiança. Ele vai se dedicar ao plano administrativo.

Grupo do "bom-senso" prepara suas emendas

"Esse grupo não é o Centrão, é o grupo do entendimento", protestou o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB/RJ), que presidiu ontem a terceira reunião do mais novo grupo da Constituinte. Com o "bom senso" como palavra de ordem, o grupo indicou ontem oito coordenadores temáticos e acertou 14 pontos para estudo.

Assim como nas reuniões anteriores, a de ontem, em frente ao Auditório Nereu Ramos, reuniu constituintes de todos os partidos e de diversas correntes ideológicas, como o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, e o centrista Arnaldo Faria de Sá, do PTB. Com 50 participantes, a reunião de ontem optou por deixar a critério da imprensa a escolha do nome do grupo (apesar das críticas ao apelido de Centrão) tendo como base o objetivo principal dos seus integrantes — o entendimento.

Os 14 pontos que serão avaliados pelo grupo — que só vai abordar as questões polêmicas — são: estabilidade, hora-extra, licença à gestante, imprescrição, pessoal efetivo maior de 45 anos, conceito de empresa nacional, mineração, distribuição de petróleo, proibição dos contratos de risco, organização das ações e serviços de saúde, execução e controle das ações e serviços de saúde, aposentadoria, educação, estabilidade na administração direta e indireta.

O grupo do entendimento ou do bom senso, como também é chamado, não vai ter, a exemplo do Centrão, um líder ou presi-



Faria de Sá

dente. Ele vai funcionar com um colegiado de coordenadores. Ontem foram indicados oito coordenadores temáticos. O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) fica responsável pela coordenação dos tópicos ligados a direitos sociais; o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) com a ordem econômica e financeira; o senador Almir Gabriel com a área de saúde; o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) com a da previdência social; o deputado Victor Faccione (PDS-RS) com a educação e o deputado Euclides Scalco (PR) com as disposições transitórias. O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) vai estudar as questões ligadas à organização dos poderes.

O grupo terá ainda um coordenador de plenário, um de articulação externa, outro de articulação interna e outro de mobilização na Constituinte. Mas embora o deputado Ronaldo César Coelho alertasse para a necessidade de indicação dos nomes o mais rápido

possível, a escolha ficou para a próxima reunião, marcada para terça-feira que vem.

Entre todos os presentes, a disposição era evitar radicalismos de direita e esquerda. "O Brasil precisa de seriedade e a Constituição precisa refletir pelo menos 80 por cento do plenário para que possa durar e refletir os anseios do País. Para isso é necessário afastar os radicalismos", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso, que assegurou que "mais de 100 parlamentares de todas as correntes já estão interessados no bom senso, que parece fácil mas é muito difícil".

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), também presente à reunião, disse que é fundamental evitar que a Constituição seja fruto da vitória de uma facção sobre a outra. Já o deputado Ronaldo César Coelho, alertou: "Não temos o objetivo de esvaziar o Centrão, mas achamos que ele se esgota na discussão da mudança do regimento interno da Constituinte". O grupo conta com cerca de 25 parlamentares do Centrão.

Longe da reunião, no Salão Verde do Congresso, o deputado Maurílio Ferreira Lima, da esquerda do PMDB, criticava o surgimento do novo grupo. Para ele, "depois dos radicais do Centrão, está entrando em cena a direita sorridente". E o grupo, na sua previsão, deve crescer daqui para frente porque, "finalmente, quem não quer ser chamado de sensato e posar como favorável a entendimentos contra radicalismos?"